



«IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL»

Central de Balanços é o próximo passo da CNIS



ASSEMBLEIA GERAL
Eleições
para órgãos sociais
da CNIS
a 12 de janeiro



V. N. GAIA
AETP há 150 anos
a apoiar e educar
uma comunidade
carentiada



BRAGANÇA
Fundação Betânia
promove
formação para
salvar vidas

PRESIDENTE DA CNIS RECEBEU DELEGAÇÃO SINDICAL

Trabalhadores não são problema fazem parte da solução nas IPSS

José Leirião
Membro da CNIS



A economia social na União Europeia: um novo impulso

Nos últimos cinco anos e no seguimento da formação do chamado 'Intergrupo de Economia Social', que é constituído por membros do Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comité Económico e Social Europeu, tem vindo a exercer pressão sobre a Comissão Europeia no sentido de impulsionar o papel na UE da economia social aos mais variados níveis: parcerias, aumento da escala de negócio entre empresas comerciais e sociais, contractos e compras públicas.

Em 2015 a Comissão concordou em desenvolver um plano de acção para soltar o potencial da economia social nos domínios da criação de emprego, criação de riqueza e empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento de uma economia mais inclusiva.

Ao longo deste ano foram desenvolvidas várias iniciativas no sentido da construção de um quadro de acção que servisse de base para o futuro 'Plano de Acção Europeu para a Economia Social', que inclui as actividades das 'empresas sociais' que actuam nos domínios da produção e comercialização de bens e serviços nos vários sectores da economia (indústria, agricultura e prestação de serviços), (de referir que as nossas IPSS são reconhecidas como 'economia social'

mas não tem paralelo na Europa dado terem uma regulação e parceria única na Europa entre o Estado e a iniciativa da sociedade civil.

As organizações de cúpula de economia social dos Estados Membros da UE são representadas na Europa, na condição de acção de lobby junto da Comissão Europeia pela 'Social Economy Europe' que agrupa uma representação por país. A instituição portuguesa representada nesta organização é a CASES.

A Iniciativa de política proposta à União Europeia contém 20 medidas de política, 64 acções e é estruturada nos seguintes sete pilares:

1 – Estabelecer um consenso (entendimento comum) sobre as 'empresas de economia social' e 'instituições/organizações de economia social'

2 – Melhorar a visibilidade das 'empresas de economia social' e das instituições/organizações de economia social'

3 – Medir o verdadeiro peso da economia social e a sua efectiva contribuição para o desenvolvimento socio-económico da União Europeia

4 – Estabelecer no enquadramento do 'Mercado Único Europeu', um ecossistema condutor para o crescimento das organizações de economia social para permitir o acesso a financiamento e o aumento de escala, através do

necessário enquadramento legal, permitindo-lhes operar ao nível trans-nacional no 'Mercado Único Europeu'

5 – Integração da Economia Social nos programas dos Fundos Europeus, tais como: Fundo Desenvolvimento Regional, Fundo Social Mais e Fundos de Coesão

6 – Impulsionar o papel da Economia Social nas acções e políticas externas da União Europeia

7 – Consolidar e fortalecer uma permanente estrutura de diálogo entre as Instituições da União Europeia e a Economia Social.

Esperemos que, no seguimento do 'plano de acção europeu' as organizações de 'economia social' nacionais obtenham o reconhecimento que merecem das autoridades portuguesas e sejam efectivamente criadas condições para impulsionar o seu desenvolvimento em Portugal, em particular as actividades insubstituíveis das IPSS, através do apoio à sua sustentabilidade, expansão territorial e parceira no desenvolvimento da melhoria contínua dos serviços e criação de novas respostas sociais.

CASES ASSINALA CINQUENTENÁRIO DA MORTE DO PENSADOR

Legado de António Sérgio celebrado em 2019

No ano em que passa meio século sobre o desaparecimento de António Sérgio, a CASES promove um vasto programa de ações a partir de 24 de janeiro, com destaque para a cerimónia que dará início ao tributo ao escritor, pensador e pedagogo e na qual será ainda entregue o Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2018.

Assim, a partir das 14h00, na sede da SPA – Sociedade Portuguesa de Autores haverá uma conferência, uma atuação musical e ainda a apresentação de um livro.

Após as boas-vindas, Guilherme d'Oliveira Martins, administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, fará uma alocução intitulada «António Sérgio - Vida e Obra», seguindo-se um momento musical pelo maestro Victorino De Almeida, que interpretará «Recueillement», com poema de Charles Baudelaire e música de Luiz de Freitas

Branco (1909), uma obra dedicada a António Sérgio.

João Salazar Leite fará então a apresentação do livro «António Sérgio - Breves Percurso e Herança», terminando a cerimónia com a entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2018.

Refira-se que o jornalista Pedro Vasco Oliveira será distinguido com uma menção honrosa, na novel categoria Trabalhos Jornalísticos, pelo trabalho «Confederação Portuguesa de Economia Social – Nascimento de uma organização impensável há pouco mais de um ano», publicado no site do jornal SOLIDARIEDADE.

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva fará as honras de encerramento da sessão.

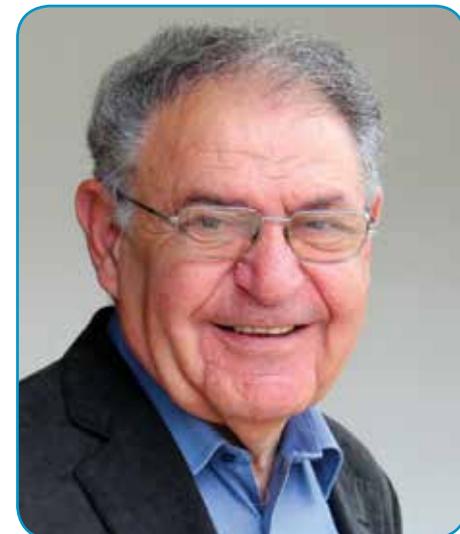
Mas o dia 24 de janeiro marcará apenas o arranque de outras iniciativas que assinalarão o cinquentenário da morte de António Sérgio.

A partir das 18h00, na Assembleia da República será inaugurada a exposição «Sérgio 19», que pretende responder a questões como «o que nos ficou da sua obra e trabalho, das suas reflexões e intenções» ou «das ideias cooperativistas, associações horizontais, economia social, do ensino autónomo?»

Se não conseguir responder, pelo menos a intenção é disponibilizar dados, documentos, notícias e objetos que visam propor ao visitante possibilidades de resposta.

Já no dia 31 de janeiro, a partir das 18h30, será altura para se conhecer o «Código Cooperativo Anotado», por Deolinda Meira e Elisabete Ramos, uma obra que «é muito mais do que um conjunto de anotações a uma lei aprovada pela Assembleia da República, o Código Cooperativo, mas “trata-se de um robusto contributo para a interpretação e compreensão de cada uma das normas que o integram”.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



IPSS: Pilar do Estado Social

1. Com base na exaustiva apreciação da atividade de um conjunto de 565 Instituições de Solidariedade, o estudo coordenado pelo Prof. Américo Mendes sobre a importância económica e social das IPSS evidencia alguns resultados que ajudam a perceber melhor a situação difícil em que um número muito significativo de Instituições se encontram:

1. O valor pago pelos utentes das IPSS corresponde a 31,7% do total dos seus rendimentos.

Por um lado, este valor indica que, na fidelidade à sua matriz, as IPSS estão a providenciar bens e serviços de apoio social a pessoas que deles efetivamente precisam e que, por sua vez, os seus utentes não podem pagar um preço que cubra o respetivo custo. Por outro lado, este valor revela também que, por cada euro pago pelos utentes, no mínimo, as Instituições têm de encontrar outros dois.

2. Esses dois euros por cada um que são necessários não vêm do Estado como muitas vezes se quer fazer crer: apenas 38,75% dos rendimentos das Instituições são provenientes da Segurança Social. Bastante menos do que as expectativas criadas aquando da celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Comparticipações dos utentes e do Estado são as duas principais fontes de rendimentos das IPSS. Somadas, dão 70,45%.

Para os 29,55% em falta, 6,59% provêm de outras entidades da Administração Central e 0,78% das Autarquias Locais, perfazendo um total de 77,82%. Continuam a faltar 22,18%, pelo que estamos bem longe de ter contas equilibradas.

3. São muito elevados os custos de funcionamento das Instituições, nomeadamente com os recursos humanos que normalmente ultrapassam os 55% da sua despesa.

Se, à partida, não parece ser possível cortar nos recursos humanos, cuja tabela salarial já não é atrativa e os trabalhadores não podem ser substituídos por robots, poderia ser reconhecida maior autonomia às Instituições para os gerir. Para além de que é de todo conveniente reponderar os custos do trabalho, nomeadamente porque, se do Estado as Instituições recebem o que recebem em 12 meses, também a TSU deveria ser remetida para o Estado, no máximo, por um período igual.

2. Muito embora algumas Instituições tenham a forma jurídica de fundações (o que, para o caso, pode não significar nada) e outras Instituições, pelo seu tempo histórico, tenham sido beneficiadas ao longo dos tempos com algum património, a generalidade das Instituições constituiu-se para responder a necessidades da comunidade, sem capital próprio e estabelecendo como primado da sua ação as pessoas em situação económica e social mais vulnerável - o que se verifica por todo o território nacional.

Comprovando-se, ainda e com base no estudo anteriormente referido, que em 27% das freguesias são estas Instituições as únicas a providenciar ali bens e serviços de apoio social: o Estado ou nunca lá esteve ou, pura e simplesmente, desapareceu, enquanto o sector lucrativo não é para aí que estende o seu olhar.

Coesão territorial e coesão social supõem-se mutuamente, pelo que também por aí deve ser equacionada e garantida a sustentabilidade das Instituições de Solidariedade.

3. Se o Estado Social está destinado a proteger os direitos dos cidadãos, a corrigir as desigualdades sociais e económicas e a promover medidas para melhorar as condições de vida de todos os cidadãos, não resta a menor dúvida de que o Sector Social e Solidário é importante pilar do Estado Social, porque, no respeito pelos direitos das pessoas, são estas Instituições que providenciam bens e serviços de apoio social a pessoas que deles efetivamente precisam, favorecendo uma melhor coesão, tanto territorial como social.

Os constrangimentos que vêm afetando as Instituições, porém, é um progressivo desassoreamento deste pilar.

Para proteger este pilar é hora de voltar a falar do respeito que têm de merecer por parte serviços do Estado tanto elas como os seus próprios dirigentes.

Ainda, e também, é hora de falar da autonomia na gestão dos seus recursos, da revisão dos custos do trabalho e do regime fiscal, da moderação nas exigências e do efetivo reforço do financiamento público.

A bem do Estado Social.



ASSEMBLEIA GERAL

Congresso Eleitoral da CNIS agendado para dia 12 de janeiro

Na derradeira Assembleia Geral Ordinária dos atuais órgãos sociais da CNIS foram aprovados por clara maioria o Programa de Ação e o Orçamento para o ano de 2019, mas muitos outros assuntos acabaram por ser abordados. Um dos mais importantes para o futuro próximo da CNIS foi o agendamento do Congresso Eleitoral para o dia 12 de janeiro do ano vindouro.

O Congresso Eleitoral decorrerá no Domus Carmeli, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sito na rua do Imaculado Coração de Maria, em Fátima, no dia 12 de janeiro de 2019.

Tal como informou a presidente da Mesa da Assembleia, Manuela Mendonça, a convocatória será publicitada com um mês de antecedência, devendo os interessados em apresentar candidatura consultar os estatutos da CNIS e proceder conforme o regulamentado.

Para já é conhecida a intenção da Direção da CNIS em apresentar uma lista liderada pelo padre Lino Maia.

A comissão organizadora do Congresso Eleitoral, do qual sairão os órgãos sociais para o quadriénio 2019-2022, é composta pela presidente da Mesa da Assembleia e ainda por João Dias e Eleutério Alves, pela Direção, e por Lacerda Pais, pelo Conselho Fiscal, secretariados por Emília Fontes.

No entanto, a Reunião Magna, em Fátima, iniciou-se pela apresentação, discussão e votação do Programa de Ação e Orçamento 2019, com as associadas a aprovarem ambos os documentos por esmagadoras maiorias.

Assim, o Programa de Ação [ver caixa] recolheu um voto contra, oito abstenções e 136 votos a favor, enquanto o Orçamento, que prevê um Resultado Líquido positivo de 5.180,67 (966.069,73 euros de rendimentos e 960.889,06 euros de gastos), foi aprovado com 142 votos a favor e três abstenções das 145 IPSS representadas.

OUTROS ASSUNTOS

Na fase de discutir outros assuntos de interesse das IPSS, o primeiro grande tema foi mesmo a novel Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), com Alfredo Cardoso, em representação da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga, a deixar o repeto à Direção para que equacionasse a possibilidade de suspender a participação da CNIS naquela organização.

Justificando com isso o seu voto contra o Programa de Ação, o dirigente associativo acabou por enviar à Mesa da Assembleia uma moção que, por razões estatutárias, acabou por ser uma Recomendação e que foi votada favoravelmente por 110 associadas, recolhendo ainda seis votos contra e 29 abstenções.

Na recomendação aprovada, o representante da CNIS na Direção da CPES, João Dias,



avaliará permanentemente a presença da CNIS na CPES, estando mandatado para poder acionar a suspensão do seu mandato e da CNIS na novel confederação.

Sobre a questão da CPES, o padre Lino Maia defendeu que aquela “ainda não é, de facto, uma confederação, mas mais um movimento”, avançando que “estatutariamente não é possível suspender a participação da CNIS”, algo que tem que ser aprovado em Assembleia Geral convocada para o efeito.

“Enquanto estiver na CNIS, quero apenas estar na CNIS. Já recusei e continuarei a recusar outros cargos, porque estou de alma e coração na CNIS”, afirmou, acrescentando: “O importante é que a CNIS funcione. Percebeu-se que sem a CNIS a CPES não avançava. Por isso, de momento, é de manter as coisas como estão, até porque estão ali diversas famílias”.

Para o presidente da CNIS, “o país precisa de uma CNIS una, coesa, forte e dinâmica” e alertou para o facto de que “se a CNIS se constipasse o país tremia”.

Já quanto à proposta de suspensão do mandato da CNIS na CPES, o padre Lino Maia foi claro: “A qualquer momento, a CNIS pode retirar-se sem problema”.

Um outro assunto que preocupa bastante as IPSS é o atraso no reembolso do IVA, que tem criado problemas adicionais às instituições, muitas delas já a braços com graves constrangimentos económico-financeiros.

“A CNIS tem feito o que pode para resolver esta situação e, posso avançar que estão a mexer-se forças para que o problema seja resolvido”, referiu o padre Lino Maia, acrescentando: “Há uma proposta de um partido na Assembleia da República para agilizar os pagamentos do Estado e o reembolso do IVA. É um documento legal que estipula que no prazo de 30 dias as entidades se pronunciem sobre os pedidos e, caso isso não se verifique, a Autoridade Tributária validará os pagamentos”.

Já sobre o próximo Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, que ainda não se sabe se será bianual ou só para 2019, o presidente da CNIS revelou que “já se deram alguns passos, para já apenas em reuniões bilaterais, e há interesse do Governo em fechar a negociação até ao último dia do corrente ano”.

Depois de lembrar que o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 1996, previa uma comparticipação do Estado nunca inferior a 50% dos custos das instituições e que “o



estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal» mostra que atualmente está abaixo dos 40%, o presidente da CNIS sublinhou que “a atualização tem que ter a preocupação de tirar as IPSS do vermelho”, para além dos habituais critérios como a inflação, os custos do trabalho e a “bonificação muito simbólica”.

“Somos um pilar muito forte do Estado Social, mas que está a ser desassoreado e pode implodir”, alertou o padre Lino Maia, sublinhando: “Sem as IPSS o país era mais desigual, haveria mais gente a ficar para trás e menos criação de riqueza”.

Daí, o presidente da CNIS reforçou o alerta: “Se o Estado não voltar a olhar para este Sector, ele vai colapsar. Não podemos exigir mais aos nossos utentes e não podemos abandonar a nossa matriz”.

A sustentabilidade das instituições e as inspeções e fiscalizações que se sucedem em catadupa são as grandes preocupações do líder da CNIS, que

volta a acusar os serviços do Estado de “falta de respeito”.

“O Instituto da Segurança Social não está a funcionar como parceiro e as IPSS estão a ser muito maltratadas”, sustentou, deixando um aviso: “Se estes problemas não forem acautelados poderá não haver acordo para um novo Compromisso de Cooperação”.

No somatório das votações e das discussões tidas na Assembleia Geral, a CNIS parece estar unida na defesa do Sector Social Solidário, ciente de que agora tem mais argumentos para colocar na mesa das negociações, como são os estudos «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal» e «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS», abordagens pioneiras e que muita utilidade terão no futuro próximo.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PROGRAMA DE AÇÃO 2019

Os mesmo eixos de atividade mas com diversas novidades

O Programa de Ação 2019 volta a apresentar quatro eixos em torno dos quais se desenvolverá a atividade da CNIS no ano novo.

No eixo da «Capacitação» o destaque vai para a realização de duas reuniões anuais de articulação com os membros das equipas das Uniãos Distritais e Regionais e das Federações, nas áreas da cooperação jurídica e fiscal, e ainda a promoção de 11 cursos de formação de Gestão para Dirigentes nas áreas de Economia Social; Planeamento e Gestão Estratégica; Empreendedorismo Social e Inovação; Sustentabilidade Institucional e Financeira; Gestão de Pessoas; Liderança e Governação; Análise Contabilística e Gestão

financeira; Marketing e Comunicação Externa; Avaliação de Impacto.

Dentre um vasto leque de ações previstas, a CNIS pretende ainda promover formação b-learning (sessões presenciais e à distância) no âmbito da Educação Pré-Escolar, apostando também na realização de um seminário sobre «Empresas sociais e inovação».

No âmbito do eixo «Cidadania», a CNIS vai estabelecer parcerias com as associações académicas das universidades de Aveiro, Évora e Minho, com o propósito de sensibilização para o voluntariado social, e promover estímulos à empregabilidade e à inserção social das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, apostando ainda na avaliação do impacto da empregabilidade.

Relativamente ao eixo «Cooperação», as principais novidades prendem-se com a realização de sessões de apresentação do Compromisso de Cooperação (Norte, Centro, Lisboa e

Vale do Tejo e Sul) e, entre muitas outras ações, na aposta na criação da Central de Balanços, que João Dias, presidente-adjunto da CNIS, considerou “de superior importância para as IPSS”.

No eixo da «Representação», a CNIS pretende estabelecer parcerias com a ACT – Autoridade para as Condições de

Trabalho, tendo por base a sua missão de promoção de políticas de prevenção dos riscos profissionais, e com a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, tendo por base a sua missão de prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas, nomeadamente na área alimentar.

O Programa de Ação 2019 pode ser consultado na íntegra no sítio da CNIS na internet.

PRESIDENTE DA CNIS RECEBEU DELEGAÇÃO SINDICAL

Os trabalhadores não são um problema nas IPSS fazem parte da solução

O presidente da CNIS recebeu uma delegação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais que, no final de uma jornada de luta, lhe entregou um memorando reivindicativo.

A manifestação convocada para o último dia de novembro reuniu cerca de duas centenas de trabalhadores que em desfile foram até à sede da CNIS protestando “contra os baixos salários e por aumentos dignos, em defesa dos direitos laborais e por melhores condições de trabalho”.

António Macário e Ana Avoila lideraram a delegação sindical e reuniram com o padre Lino Maia, que, no final, se mostrou solidário com os trabalhadores.

“Os trabalhadores não são um problema nas instituições, eles fazem parte da solução”, começou por dizer o presidente da CNIS, sublinhando que “desmobiliza muito mais a insensatez dos serviços do Estado do que as exigências dos trabalhadores”.

Sobre a reunião com os sindicalistas, o padre Lino Maia afirmou que o que os trabalhadores reivindicam é “compreensível e legítimo”.

“Eles afirmam que os trabalhadores das IPSS têm remunerações baixas e isso é um facto. Agora, é um facto também que as instituições estão com problemas muito graves”, sustentou, justificando com alguns dados do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», elaborado pela Universidade Católica Portuguesa/Porto e que dia 4 de dezembro será apresentado publicamente no Museu do Dinheiro do Banco de Portugal, em Lisboa.

O presidente da CNIS começou por lembrar que “o impacto da massa salarial nas instituições é muito grande”.

“Se na economia em geral os custos com trabalho rondam os 17%, nas IPSS é, em média, de 56%. Portanto, qualquer alteração salarial provoca muitos constrangimentos às instituições”, sustentou, remetendo novamente para o referido estudo: “Pior do que isso é que as transferências do Estado, que muitas vezes as pessoas pensam que são muito significativas, se no conjunto parece ser muito, quando distribuído pelas instituições é pouco, porque representa apenas 38% dos custos das instituições. A isto acresce que os utentes participam com cerca de 31%, o que somado representa cerca de 70% do total de custos. Ora, isto mostra que as instituições estão a passar uma fase muito complicada”.

O padre Lino Maia recordou ainda que “quando foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em 1996, as expectativas eram que o Estado transferisse, em média e nunca menos, 50% dos custos”, para concluir que, com os atuais 38%, “as instituições vão caminhando um pouco para o abismo”.

Enfatizando “a resiliência dos dirigentes”, o líder da CNIS afirmou estar “com muito medo que haja rutura nas instituições”, deixando um



apelo: “O que espero é que o Estado volte a olhar para este Sector porque ele é um pilar do Estado Social. Em muitas zonas a IPSS é a única entidade empregadora e, mais do que isso, é quem que não abandona o território nem a população, especialmente nas zonas mais deprimidas”.

Reconhecendo a dificuldade de algumas instituições em cumprir todos os compromissos com os trabalhadores, o padre Lino Maia revelou mais um receio: “Temo que caso uma instituição passe o limite e decida fechar portas isso possa ter um efeito dominó”.

E, neste capítulo, para o presidente da CNIS a voracidade da atuação de alguns departamentos do Estado provoca tantos e mais graves constrangimentos às IPSS.

“Reforço que há necessidade de o Estado transferir mais verbas para este Sector – que não é para benefício dos dirigentes, mas para o serviço às pessoas –, mas mais do que isso

é preciso que haja bom senso nos serviços do Estado. Há fiscalizações sucessivas, por vezes com um desrespeito total pelos trabalhadores, pelos dirigentes e pelas instituições, e com exigências que nada interessam à satisfação dos utentes. Têm uma «check list» e a cada irregularidade, inventada ou real, as coimas sucedem-se. Isto desmotiva os dirigentes, desmobiliza a comunidade e, com isso, cada vez está mais gente a ficar para trás”, acusa o padre Lino Maia.

O líder da CNIS referiu ainda a sua surpresa pela ação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais em convocar a greve a promover a manifestação, uma vez que as duas entidades assinaram, há apenas duas semanas, um novo contrato coletivo de trabalho, que aguarda apenas publicação no Boletim do Trabalho e Emprego.

CÁRITAS PORTUGUESA

10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz

Uma vez mais, como vem já sendo uma tradição sempre que é Natal, a Cáritas Portuguesa, em união com todas as Cáritas Diocesanas do país, promove a iniciativa «10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz».

Tem sido rosto desta operação uma pequena vela, produzida para iluminar o mundo de paz na noite de Natal, a partir de uma das nossas janelas ou varandas de casa.

A vela vai estar à venda por 1 euro nas paróquias da Diocese de Lisboa e na rede

de lojas do Pingo Doce por todo o país.

Do valor angariado 65% revertem a favor da recuperação de uma casa em Alcobaça para acolher pessoas vítimas de violência, sendo também esta causa anual da Cáritas Diocesana de Lisboa.

Os restantes 35% revertem a favor do projeto «Nutrir com Esperança», da Cáritas da Venezuela, uma ação que pretende garantir o acesso à saúde e o apoio nutricional a crianças até aos cinco anos e a mulheres em situação de gravidez de risco.



CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Festa animada na celebração do 57º aniversário



A Casa do Povo de Abrunheira festejou no final do passado mês de novembro 57 anos de atividade.

A celebração iniciou-se com a projeção multimédia de vários episódios da «Casa do Enredos», uma «novela digital» protagonizada pelos seniores da instituição.

A iniciativa contou ainda com a atuação do Grupo Encantos, que foi muito apreciada pelos utentes, funcionários, dirigente e demais convidados.

Houve naturalmente lugar ao corte de bolo e, claro, foram cantados os parabéns à aniversariante, apesar dos infortúnios causados pela Tempestade Leslie, que muito prejuízos causou na Casa do Povo da Abrunheira.

O aniversário da instituição “é sempre motivo para celebrar o trabalho de um ano em prol dos seniores e a desculpa perfeita para promover o encontro de famílias”, como afirmou fonte da instituição.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE VII CONGRESSO

CONVOCATÓRIA

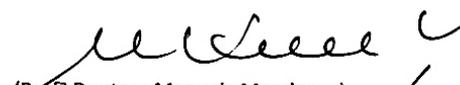
Nos termos das disposições combinadas dos artigos 27º alínea b), 28º, 32º e 36º dos Estatutos, convoco as associadas da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - para reunirem em Assembleia Geral sob a forma de Congresso, em Fátima, no Domus Carmeli – Ordem dos Carmelitas Descalços – Rua do Imaculado Coração de Maria, 17, no dia 12 de Janeiro de 2019, pelas 10h00, em primeira convocatória, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 10h00 - Abertura do Congresso
- 10h30 - 15h00 - Acto Eleitoral
- 15h00 - 16h30 - Apuramento do Acto Eleitoral
- 17h00 - Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais e Encerramento do Congresso

Se à hora da primeira convocatória não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h15 (dez horas e quinze minutos), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do Artigo 31º, dos Estatutos da CNIS.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 10 de Dezembro de 2018

AETP - ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS DE TORNE E DO PRADO, VILA NOVA DE GAIA

Escola e Igreja criadas há 150 anos são atualmente uma IPSS de referência

Apesar de apenas em 1989 ter adquirido o estatuto de IPSS, a Associação de Escolas de Torne e do Prado (AETP) tem a sua génese no ido ano de 1868. Foi há 150 anos que Diogo Cassels, um jovem de vinte e poucos anos, lançou os alicerces da Igreja Lusitana e da obra social que hoje apoia não só crianças em idade pré-escolar, como centenas de idosos e de famílias carenciadas e beneficiárias do RSI.

“Estamos a celebrar 150 anos da Igreja Lusitana e da Escola do Torne dado que a ambas nasceram ao mesmo tempo e por ação de um homem, Diogo Cassels, em 1868”, afirma o bispo Jorge Pina Cabral, contando ainda que o fundador, “na altura um jovem de vinte e poucos anos, teve a visão, inspirado por Deus, para iniciar uma obra de serviço à comunidade, nas suas dimensões religiosa e social, com uma escola primária”.

Século e meio é um aniversário redondo, “cheio de significado e que tinha que ser celebrado dignamente”, pois “150 anos expressa que a obra da Igreja e da Escola do Torne estão já muito inculturadas neste contexto social e comunitário de Vila Nova de Gaia”.

Para o bispo Pina Cabral, “Diogo Cassels foi bastante visionário, porque, por um lado, criou uma outra proposta de culto para a comunidade, que não a, então, dominante Católica Romana – ou seja, teve uma perspetiva ecuménica e a Igreja surge com outro tipo de culto, outra sensibilidade litúrgica –, e, por outro, fruto desse novo modo de estar de fé, surge também um comprometido serviço à comunidade, naquilo que estava a escassear então e que era a instrução primária”.

Para além disso, “teve a preocupação de dirigir esse serviço para as classes mais pobres”, sublinha, constatando: “Efetivamente, ao longo de muitas gerações, a Escola do Torne dirigiu-se para as camadas mais desfavorecidas da população. Para Diogo Cassels, ao dar instrução estava a capacitar o cidadão para o seu próprio desenvolvimento social”.

E a verdade é que tudo começou num edifício que à semana era escola e ao fim-de-semana igreja e que, ao longo de 150 anos, evoluiu de um serviço que começou por ser de instrução primária para diversas formas de serviço à comunidade, como acontece hoje.

Aliás, as escolas primárias do Torne e do Prado, ambas em Vila Nova de Gaia, foram encerradas em 1999, numa altura em que “já havia uma rede pública de escolas e, por outro lado, já eram projetos economicamente insustentáveis”.

Refira-se que a Igreja Lusitana promoveu “em quase todas as suas paróquias de norte a sul do país” a existência de uma escola primária e as duas que se mantiveram até mais tarde



foram, precisamente, as do Torne e do Prado, ambas até 1999.

Face à situação, o Sinodo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana) decidiu encerrar as escolas e “desenvolver novos serviços que fossem necessários à comunidade”.

Nos diz que correm, a AETP acolhe 42 bebés em creche e 48 crianças em pré-escolar, apoia 260 idosos no Centro Comunitário, que agrega o Centro Social do Bom Pastor (no Candal) e o Centro Social Salvador do Mundo (em Coimbrões) e dá resposta a 440 famílias no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), tudo com uma equipa de 32 trabalhadores, a que se junta uma série de voluntários.

O arranque e desenvolvimento das atuais respostas dá-se pela infância, porque “aquando do encerramento das escolas a Associação já tinha duas salas de jardim-infantil”, pelo que a aposta foi pela continuidade na área do ensino pré-escolar.

“Desenvolvemos o pré-escolar, alargámos as salas e criámos o jardim-de-infância e creche





do Torne e depois criámos ainda um Centro de Atividades de Tempos Livres do Torne para dar apoio às escolas públicas vizinhas da instituição”, conta o bispo Pina Cabral, ressaltando que o CATL já não existe, tal como aconteceu a muitas IPSS que avançaram com essa valência antes de o Estado dar resposta pública.

Num momento de grande dificuldade para as IPSS, a AETP tem, segundo o seu presidente, uma situação financeira “estável, mas é um estável muito à justa”, porque “o valor dos acordos de cooperação é insuficiente para cobrir as necessidades da instituição”.

Servindo uma população maioritariamente carenciada, “a verdade é que há muitos utentes que têm uma participação baixa”, o que não ajuda.

“A instituição tenta desenvolver novas receitas, através de negócios sociais, que são a prestação de serviços de lavandaria, a confeção de alimentos e de bolos para o exterior, o aluguer das instalações e algumas campanhas de angariação de fundos”, revela o bispo Jorge Pina Cabral, destacando algo essencial ao equilíbrio da AETP, pois não tem custos com instalações: “Uma particularidade interessante é o facto de, embora a AETP seja legalmente autónoma da Igreja, os órgãos sociais são compostos por membros desta e, por isso, consideramos a AETP uma das expressões do trabalho social da Igreja. Como a instituição desenvolve as suas atividades em instalações da Igreja, através de contratos de comodato, esta acaba por ser uma dimensão importante para o equilíbrio financeiro da instituição. E isto estende-se ao jardim-infantil, que funciona em instalações também cedidas em regime de comodato pela Câmara Municipal de Gaia”.

Reconhecendo que a Igreja não ajuda financeiramente, o bispo sublinha que “o disponibilizar as instalações já é uma ajuda muito grande à sustentabilidade”.

O que não tem ajudado nada a que a instituição mantenha contas saudáveis é o compromisso do Estado. Para o bispo Pina Cabral o que se passa com os Protocolos do RSI “é um

escândalo”!

“No apoio que a instituição dá no RSI não só não há participação dos utentes, pela própria natureza do acordo, como é uma valência subfinanciada pelo Estado. Isto é um ponto importante e a AETP orgulha-se de estar na linha da frente das instituições a nível nacional que têm chamado a atenção para o subfinanciamento do Estado aos protocolos do RSI. É um escândalo!”, assevera, acrescentando: “Há um subfinanciamento do Estado aos protocolos do RSI que faz com que, neste momento, esse trabalho esteja a ser financeiramente um custo acrescido para as instituições. É um escândalo o modo como o Estado está a tratar os Protocolos do RSI, dado que se demitiu das suas funções. E atualmente são um encargo oneroso para as instituições e nós somos uma delas”.

A situação só não é grave na AETP, porque em sentido contrário o jardim-de-infância melhorou os resultados.

“Na creche e jardim-infantil podemos dizer que estabilizámos as participações e agora que temos boas instalações conseguimos uma maior participação dos utentes, embora acolhamos crianças de diferentes estratos económicos”, revela, constatando, porém, “um decréscimo da participação dos utentes do Centro Comunitário, por razões diversas”.

Na senda da melhoria dos serviços e da satisfação dos utentes, periodicamente o Centro Comunitário promove as chamadas reuniões gerais de utentes.

“A ideia da Reunião Geral de Utentes é para que eles participem também na programação de atividades. Um Centro Comunitário é uma resposta atípica, logo direciona as suas atividades para as necessidades do meio. Nesse sentido, essas reuniões são importantes para se aferir daquilo que os utentes necessitam e o que o meio procura. Então, a resposta vai sendo ajustada e isso pressupõe esta relação de escutar, sugerir, ouvir e também de melhorar os serviços, porque é bom avaliar a qualidade dos serviços que prestamos”, argumenta o bispo Jorge

Pina Cabral.

Com os olhos no futuro, a AETP tem em marcha o seu Plano Estratégico 2018-2020, com fortes apostas na valorização dos recursos humanos, redefinição da estratégia de comunicação, desenvolvimento de diversos projetos, como o «Ecos Humanos», a loja social, o «Clube+» e o «Pés no Risco», que já conta quatro anos de atividade e trabalha com 20 jovens.

Lançar o novo projeto «Ecos Humanos», cuja “finalidade é a reciclagem de material diverso cujo produto servirá para apoiar, através de géneros alimentícios, os utentes mais carenciados”, e continuar o «Pés no Risco», que “trabalha diariamente com jovens em situação de vulnerabilidade, dando-lhes apoio a nível escolar e no desenvolvimento de competências”, são as grandes apostas da AETP.

E porque 150 anos não são 150 dias ou 150 semanas, a Associação de Escolas do Torne e do Prado calendarizou “um programa alargado”, que “começou em outubro deste ano e prolonga-se até outubro de 2019”.

As celebrações contaram já com uma série de eventos públicos, entre eles “uma exposição que esteve patente no Arquivo Municipal e a edição de livros, nomeadamente alusivos ao fundador Diogo Cassels”.

“A ideia é que o espírito e a visão de Diogo Cassels possa continuar presente naqueles que agora assumem a obra. Há uma celebração da memória no sentido de nos projetarmos no futuro, pelo que vamos continuar as celebrações que vão incluir ainda a pintura de um mural nas paredes que dão para a Avenida da República, a edição de um livro sobre a vida e a obra de Diogo Cassels dedicado às crianças, que inclui um cd musical”, conta o bispo Jorge Pina Cabral, que recorda ainda que o fundador da Escola do Torne “construiu um bairro de habitação económica, uma cantina social, esteve ligado às mutualidades e desenvolveu diversas atividades e modelos pedagógicos de educação, juntando sempre uma visão caritativa a uma outra mais integral”.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Crianças têm maior risco de pobreza do que o resto da população portuguesa

As crianças em Portugal continuam a estar em maior risco de pobreza do que a população em geral pelo que deviam ser criados mecanismos para aumentar a sua proteção social, como se fez com os idosos, recomenda o Conselho Nacional de Saúde.

No relatório “Gerações Mais Saudáveis” o Conselho Nacional de Saúde dedica um capítulo à proteção social das crianças, vincando que, em Portugal, as crianças estão em maior risco de pobreza do que a população em geral.

“Nos últimos anos, registou-se um aumento das desigualdades no rendimento das crianças, sendo as crianças o grupo etário que está em maior risco de pobreza”, refere o documento.

Assim, os conselheiros do Governo recomendam que se criem mecanismos para aumentar a proteção social das crianças: “É necessário melhorar os mecanismos de proteção social das crianças, à semelhança do que ocorreu com os idosos, que viram, em 2009, a sua taxa de risco de pobreza ficar abaixo da observada na

população em geral, fruto do complemento solidário para idosos”.

O Conselho Nacional considera que “os apoios sociais contribuíram para reduzir a pobreza nas crianças”, mas que ainda são “insuficientes para diminuir expressivamente o problema”.

Os dados de 2016 mostram que a taxa global de risco de pobreza, após transferências sociais, foi de 20,7% nas crianças (enquanto nos idosos foi de 18,3%). Os apoios contribuíram para uma redução da pobreza infantil em 8,3 pontos percentuais.

O relatório recorda que, entre 2008 e 2013, Portugal “foi dos países onde as crianças mais pobres mais se distanciaram da média de todas as crianças”.

“Em 2013, resultado da crise económica, apenas 57% das crianças entre os 0 e os 14 anos provinham de famílias em que todos os adultos estavam empregados. Em 2008, este valor era de 64%, tendo-se regressado a esta



percentagem em 2014”, assinala o documento do Conselho Nacional de Saúde.

O QUE GANHA COM O SOFTWARE DE GESTÃO F3M PARA O SETOR SOCIAL

MAIS DE 3000 CLIENTES NO SETOR SOCIAL

ESCALAS DE SERVIÇO	STOCKS	SÓCIOS	CLÍNICA	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	VIATURAS	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
					UTENTES	APÓIO SOMICILIÁRIO	IMOBILIZADO	MAILING		
					SALÁRIOS	TESOURARIA	CONTABILIDADE			

NOVIDADES ▼

esocial

Nova plataforma web da F3M para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

JÁ CONHECE O PLANO DE FORMAÇÃO F3M PARA 2019?

Prepare-se e prepare os seus colaboradores para os desafios do mercado. FALE CONNOSCO!

www.f3m.pt

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO

Tomás Correia reconduzido na presidência

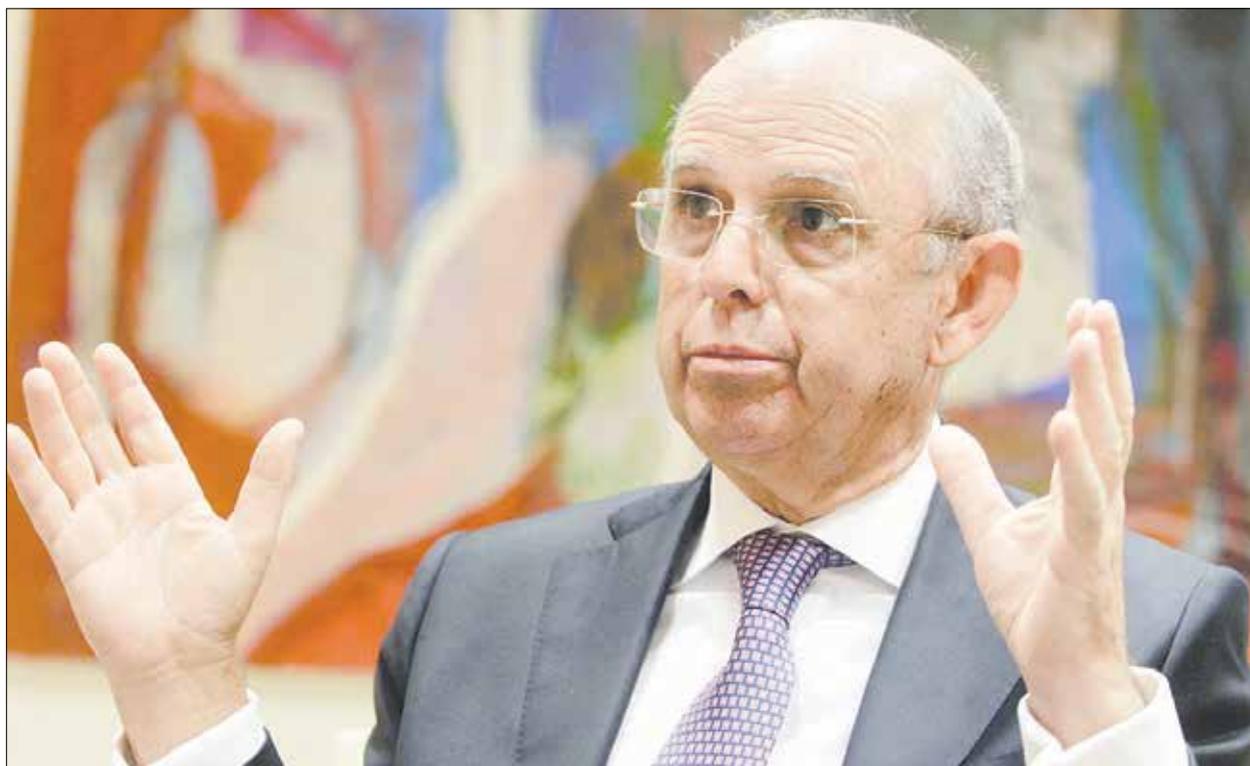
Tomás Correia venceu a corrida para a presidência da Associação Mutualista Montepio com 43,2% dos votos e segue assim para o quarto mandato. Em segundo lugar ficou a lista de António Godinho com 36,3%, enquanto a de Ribeiro Mendes ficou em terceiro com 20,5%. No total votaram mais de 47 mil associados, dos quais 1.560 o fizeram presencialmente.

O vencedor do ato eleitoral, o primeiro depois da aprovação do novo Código das Associações Mutualistas, que impõe uma avaliação de idoneidade dos órgãos sociais, lamentou que “a exposição mediática a que a Associação Mutualista Montepio tem vindo a ser sujeita nem sempre tenha sido pelas melhores razões” e lançou críticas aos seus adversários.

“Pela frente, espera-nos um mandato [de três anos] muito exigente, que apela à responsabilidade por que sempre nos pautámos, e que a candidatura institucional sempre levou muito a sério”, concluiu o reeleito presidente da Associação Mutualista.

Por seu turno, para os candidatos derrotados o mais significativo é a perda de maioria da lista vencedora e criticaram as condições em que decorreram as eleições.

“É politicamente relevante o facto de pela primeira vez a lista A ter tido menos votos do que a soma dos votos das listas opositoras: isto quer dizer que Tomás Correia já não conta com o apoio expresso eleitoralmente da maioria dos associados da Associação Mutualista Montepio e deveria tirar consequências desse facto”, sustentou a Lista C, em comunicado, considerando “verdadeiramente extraordinário” o resultado obtido, “tendo em conta todas as condicionantes conhecidas do processo eleitoral”, uma vez que ficou “apenas a 6,8 pontos percentuais da lista de Tomás Correia”.



Por outro lado, a Lista C considera que “estas eleições não foram nem justas, nem democráticas”, argumentando que “entre as várias irregularidades” está o facto de “a comissão eleitoral ser composta maioritariamente” por membros da lista vencedora.

Por sua vez, a Lista B, de Fernando Ribeiro Mendes salientou, também em comunicado, que a participação dos associados “registou uma das taxas mais baixas de sempre, de menos de 10% do corpo eleitoral, o que constitui manifestação incontornável da desconfiança que está instalada no Montepio”.

“A lista vencedora das eleições obteve maioria relativa que sinaliza a extensão do sentimento de rejeição da atual liderança”, lê-se no comunicado da Lista B, assumindo que “o resultado ficou abaixo das expectativas”.

“Os candidatos da Lista B levaram por diante esta campanha eleitoral em condições extremamente difíceis, marcadas por decisões controversas impostas pela maioria afeta à Lista A na comissão eleitoral, dificultando o esclarecimento dos associados, o que muito terá contribuído para um aumento da abstenção”, considera a candidatura de Ribeiro Mendes.

IGUALDADE DE GÉNERO

Mulheres deficientes em desvantagem no mercado de trabalho

As mulheres com deficiência estão em desvantagem no mercado de trabalho e enfrentam maiores barreiras na educação, estando também em desvantagem no acesso aos cuidados de saúde, denunciou o Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Em comunicado, a propósito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que se assinala a 03 de dezembro, o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, na sigla em inglês) alerta para as dificuldades acrescidas que as mulheres com deficiência enfrentam, não só em comparação com as mulheres sem deficiência, mas também com os homens com deficiência.

De acordo com o EIGE, há cerca de 75,7 milhões de pessoas adultas na Europa com uma deficiência moderada e 34,9 milhões com uma deficiência severa.

“No total, 61 milhões de mulheres (30% do total de mulheres) e 47 milhões de homens (25% do total de homens) tem uma deficiência”,

lê-se no comunicado.

Os dados do EIGE mostram que as mulheres com deficiência que houve progressos lentos nos dez anos entre 2005 e 2015, revelando que, em 2014, 40% das mulheres e 56% dos homens tinham um emprego a tempo inteiro, números que caíam para os 19% e para os 28% nas mulheres e homens com deficiência, respetivamente.

“Os rendimentos mensais tanto dos homens como das mulheres com deficiência são cerca de 5% inferiores aos das pessoas sem deficiência”, diz o EIGE, acrescentando que, em média, as mulheres europeias, independentemente de terem ou não uma deficiência, têm salários inferiores aos homens em cerca de 30%.

As mulheres com deficiência enfrentam um risco de pobreza (21%) mais elevado do que as mulheres sem deficiência (16%) e do que os homens com deficiência (19%).

Por outro lado, são estas mulheres que enfrentam também mais dificuldades no acesso à

educação, já que em apenas 13% dos casos têm uma licenciatura, contra 17% nos homens com deficiência.

O EIGE alerta que tanto as mulheres como os homens com deficiência precisam de cuidados, mas também de cuidadores, salientando que em 29% das mulheres e em 20% dos homens eles são também cuidadores de alguém, desde crianças a pessoas idosas ou outros adultos com deficiência.

Relativamente aos cuidados de saúde, o EIGE sublinha que, por toda a Europa, o número de pessoas com deficiência que relatam a falta de cuidados médicos, em 2014, era quase três vezes mais elevado do que a generalidade da população.

Contra estes factos, o EIGE propõe que sejam criados mais programas de educação inclusiva, já que se mantém a elevada taxa de jovens com deficiência que abandonam os estudos, sendo que os estudos aumentam a probabilidade de conseguir um emprego.

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL

Estudo é excelente contributo para transparência e boa governação

apresentação do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», que decorreu no Museu do Dinheiro, em Lisboa, foi um momento que serviu para afirmar a importância das instituições sociais e demonstrar cientificamente como o Sector Social Solidário está, há muito, a ser subfinanciado. Avançar para a criação de uma Central de Balanços das IPSS é o passo seguinte para a CNIS.

“Este Sector, as suas contas e a sua importância económica e social precisam de ser melhor e mais conhecidas, não só pelas instituições do próprio Sector, mas também pelas entidades públicas e privadas com relevância no nosso país, bem como pelos meios de Comunicação Social e pela sociedade em geral”, afirmou o presidente da CNIS, justificando a decisão apostar na realização do estudo, coordenado por Américo Mendes e Filipe Pinto, investigadores da ATES – Área Transversal de Economia Social, da Universidade Católica Portuguesa/Porto.

O padre Lino Maia aproveitou a sua intervenção para sublinhar as principais recomendações que a CNIS retira do estudo, começando por “afirmar a determinação em manter e desenvolver a Central de Balanços agora criada, acrescentando-lhe mais informações e mais organizações”.

Para tal, o presidente da CNIS solicitou a colaboração do Banco de Portugal (BdP) e desafiou o Departamento de Gestão e Estatística da Segurança Social a juntar-se a esse esforço para que seja “mais eficaz”.

Por outro lado, e como se mostrou ser uma dificuldade na elaboração do estudo, a CNIS sente a necessidade de “fazer algum trabalho de uniformização de critérios nas contas onde são registadas algumas rubricas”, tendo o padre Lino Maia desafiado a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), presentes na sessão, para uma futura colaboração.

O SOLIDARIEDADE falou com Manuel Teixeira, da OCC, no final da sessão, que afirmou a disponibilidade da Ordem em colaborar com a CNIS, nomeadamente com formações para dirigentes e contabilistas.

Por fim, como uma das principais conclusões do estudo, o padre Lino Maia defendeu que é “muito importante que haja um número cada vez maior de instituições que consiga determinar o multiplicador de base local”, que o estudo revelou ser em média de 4,218 euros por cada euro investido pelas IPSS, numa amostra de 45 instituições de 14 distritos.



Pelo Banco de Portugal, na impossibilidade de última hora do Governador Carlos Costa em estar presente, a administradora Ana Paula Serra afirmou “a total disponibilidade” da entidade, desde a primeira hora, em colaborar com a CNIS, relevando a importância do estudo e dos dados que ele evidencia, que no conjunto sublinham “a extrema relevância das IPSS no desenvolvimento do apoio social”.

Por fim, Ana Paula Serra não poupou elogios à iniciativa da CNIS: “O Banco de Portugal elogia a criação deste repositório de informação que contribui decisivamente para a transparência e a boa governação das instituições”.

Para além da apresentação do estudo, a cargo de Américo Mendes [ver caixa], que encerrou a sessão no Museu do Dinheiro, Paula Casimiro, coordenadora da Área de Central de Balanços do Departamento de Estatística do BdP, fez uma intervenção na qual explicou o que é, para que serve e como



se faz uma Central de Balanços.

Assim, Paula Casimiro começou por dizer que uma Central de Balanços é uma “base de dados com informação individual sobre empresas não financeiras”, composta “maioritariamente por informação financeira”, baseada no balanço e demonstração dos resultados, recolhida a partir de fontes administrativas, que contém informação fiável e sujeita a controlo de qualidade.

Como principais finalidades, este repositório de informação serve de “apoio à missão do Banco de Portugal”, para “divulgação de estatísticas sobre as empresas” e “análise multidimensional por região, dimensão, atividade, etc.”, através de quadros de sector e de estudos da Central de Balanços, e ainda “apoio às empresas”, através de relatórios individuais.

Já os beneficiários de uma Central de Balanços são “as empresas que prestam informação”, uma vez que “podem cumprir todas as obrigações de reporte de informação com um único formulário”, “acedem ao seu relatório individual, que compara a sua situação com a de entidades semelhantes” e “dispõem de informação atualizada sobre o seu sector”, mas igualmente as instituições que participam no projeto.

Estas, através da Central de Balanços, “centralizam informação legalmente exigida numa única base de dados”, “acedem de forma rápida a dados de elevada qualidade para análise sectorial” e “dispõem de informação de suporte para a tomada de decisões”.

A técnica do Banco de Portugal mostrou ainda o exemplo das empresas não financeiras com atividade de apoio social, com alojamento (CAE Rev.3 87) e sem alojamento (CAE



Rev.3 88), dirigidas a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indivíduos ou famílias em situação de exclusão social, na qual o ensino, os cuidados médicos e a formação profissional não são predominantes.

Para referir apenas um item, enquanto há 18,76% de IPSS com EBITDA negativo, no conjunto analisado e presente na Central de Balanços do BdP, em 2013, as entidades com alojamento eram 18% (tendo evoluído para 14% em 2017) e as sem alojamento 21% (que passou para 16% em 2017).

Ou seja, o sector lucrativo não só melhorou desse 2013, como apresenta um cenário mais favorável.

Paula Casimiro também elogiou a iniciativa da CNIS, considerando muito vantajoso para o Sector Social Solidário, em geral, e as IPSS, em particular, sublinhando a mais-valia de, assim, se poder conhecer melhor o contexto e as instituições poderem comparar-se com os seus pares.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PRINCIPAIS RESULTADOS DO ESTUDO

Na apresentação do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», Américo Mendes, coordenador da investigação, destacou alguns dos resultados mais significativos, a saber:

- O valor pago pelos utentes corresponde a 31,7% do total dos rendimentos das IPSS;
- Os subsídios à exploração de entidades públicas correspondem a 46,12% do total dos rendimentos destas instituições, sendo 38,76% provenientes da Segurança Social, 6,59% de outras entidades da Administração Central e 0,78% das Autarquias Locais;
- Os gastos de pessoal são, de longe, a principal componente dos custos das IPSS onde representam 58,41%, muito acima do que acontece não só nas sociedades não financeiras (14,16%), mas também nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social (entre 43,4% e 45,4%);
- Comparando com as sociedades não financeiras e com as entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços sociais, os níveis de solvabilidade e de liquidez das IPSS são melhores, mas a taxa de rendibilidade dos capitais próprios é menor;
- Para esta menor taxa de rendibilidade dos capitais próprios contribuem uma maior

retenção de resultados operacionais para amortizações e depreciações, uma menor rendibilidade operacional, uma menor rotação do ativo e uma menor taxa de endividamento;

- Ainda quanto à situação económica e financeira, em 2016, 42,12% das 565 IPSS analisadas neste estudo tiveram um resultado líquido negativo e 18,76% tiveram um resultado negativo antes de amortizações e depreciações, gastos de financiamento e impostos;

- Outra componente da importância económica e social das IPSS é o trabalho voluntário que mobilizam para as funções de direção e para outras funções. Tendo por base os dados que foi possível obter para

45 IPSS de 14 distritos e de todas as formas jurídicas conclui-se que esse trabalho voluntário equivale a 4,58% do valor dos gastos de pessoal, sendo 3,09% trabalho de membros dos órgãos sociais e 1,49% trabalho doutros voluntários.

COESÃO TERRITORIAL

O estudo também analisou a importância das IPSS no que se refere à sua proximidade em relação aos utentes na oferta de serviços que lhes prestam e ao seu contributo para a coesão territorial. Aqui conclui-se o seguinte, tendo por base

os dados da Carta Social para 2017:

- As IPSS têm equipamentos para crianças e idosos em 70,76% do número total de freguesias do Continente;
- Em 27,16% do número total de freguesias do Continente, as IPSS são as únicas entidades que lá têm equipamentos para crianças e idosos.

O estudo analisou, ainda, uma faceta da importância económica e social das IPSS que é o efeito multiplicador que têm nas suas economias locais pelo facto de captarem para lá rendimento proveniente de financiamentos públicos, doações e outras fontes, rendimento e que depois é utilizado para pagar as remunerações de colaboradores que residem no seu território e para pagar a fornecedores locais de bens e serviços.

Tendo por base dados que foi possível recolher de 44 IPSS de 14 distritos e de todas as formas jurídicas, conclui-se que cada euro que uma IPSS capta para o seu concelho é multiplicado por 4,218 na economia desse território.

Por fim, um resultado deste estudo que também é de registar é que ele constitui a primeira etapa de uma Central de Balanços de que estas instituições muito precisam. Esta Central de Balanços irá ser continuada, melhorada com mais indicadores e alargada a mais IPSS.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Geografia dos esquecidos

Nos últimos tempos, e a propósito de tantas desgraças que se têm abatido sobre o interior, não se fala de outra coisa! E bem.

A circunstância de nos estarmos a aproximar do NATAL (que evoca uma família e um Menino a quem os homens negaram uma Casa para esse Menino nascer, obrigando Maria e José a buscar num presépio de animais a hospitalidade que os homens lhes negaram), inspirou-me esta crónica que, com gosto, partilho com os leitores do SOLIDARIEDADE!

Achei oportuno e “sintomático” que as palavras política, sociologia, psicologia, religião e até solidariedade, tenham sido ultrapassadas pela “geografia” e, mais precisamente, pela “geografia dos esquecidos”!

E isto porquê?

Por causa da mãe Natureza que, descontente com tantos maus tratos feitos pelo Homem, entendeu lançar um grito de alerta a cada um de nós, através de incêndios que mataram muita gente, de rajadas de vento que, em segundos, mostraram que a inteligência e a tecnologia humanas ficam em pânico, sem nada poderem fazer para se defenderem, de cheias que alagam cidades sem respeitarem os “sinais de trânsito”, de estradas que engolem carros e pessoas sem qualquer aviso prévio (como aconteceu em Borba)!

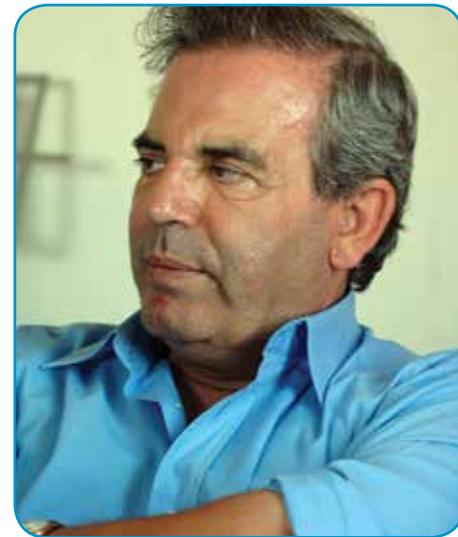
A comunicação social tem prestado um relevante serviço público ao alertar para outras muitas situações de abandono e maus tratos que, um pouco por todo o país, são infligidos à mãe Natureza!

O programa PRÓS E CONTRAS da RTP entendeu, e bem, trazer a debate um tema com a participação de geógrafos e engenheiros, que teve o mérito de nos fazer entender melhor que há uma “geografia dos territórios esquecidos”, denunciando o abandono que “terras e gentes do interior” têm recebido por parte do Estado!

Mas a “geografia dos esquecidos”, para além dos territórios abandonados, poderá (e deverá) ser alargada a uma “imensidão de cidadãos”, sobretudo idosos em situação de abandono, solidão, pobreza e doença, de famílias sem uma casa decente para viver e educar os filhos, de crianças a quem são negados elementares direitos essenciais prometidos pela Constituição da República!

Senhores governantes: sem querermos que deixem de investir nas “causas da modernidade”, pedimos-lhes: “**lembrem- da gente concreta**”, com direitos de cidadania, mas sem lhes ter acesso, vendo-lhe negado o direito à igualdade de oportunidades! **Não se esqueçam que foi para isso que foram eleitos!**

Será legítimo esperar das Instituições



Particulares de Solidariedade que estejam na linha da frente da **denúncia de políticas governamentais que, por contágio ideológico de alguns dos seus apoiantes, não descansarão enquanto não retirarem do seu caminho “estatizante” todas as pessoas e Instituições que não se subjuguem à lógica do “poder estatal”**. Os políticos são eleitos pelo povo para governarem o país na sua diversidade e pluralidade, não lhes reconhecendo legitimidade para imporem ideologias!

Que as IPSS e quem as representa, invocando o princípio da subsidiariedade, os direitos conferidos pela Constituição da República, e o Pacto de Cooperação mutuamente aceite pelo Estado pelas Instituições, digam **NÃO à ESTATIZAÇÃO!**

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

No centenário do armistício da primeira guerra mundial

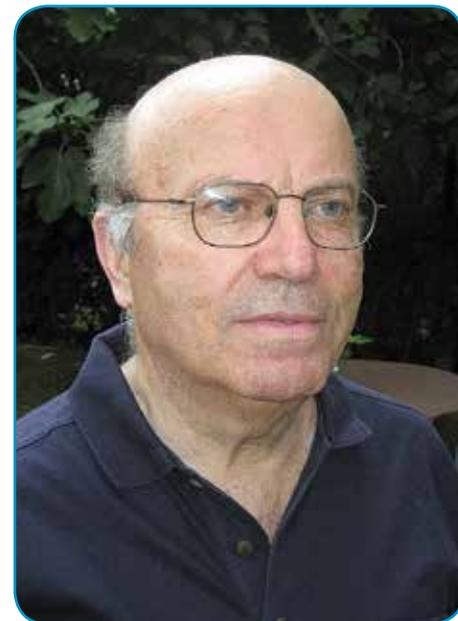
Passaram recentemente cem anos sobre a assinatura do Tratado que pôs fim ao conflito bélico que passou à História com o nome de Primeira Guerra Mundial, ou simplesmente como a Grande Guerra. Primeira Guerra Mundial, porque se estendeu pelos cinco continentes. Grande Guerra, devido às vítimas que provocou: mais de dezasseis milhões de mortos e mais de vinte milhões de feridos e mutilados. Isto sem contar os milhões de vítimas provocadas pela fome e pelas doenças que originou.

Foi uma hecatombe inimaginável que, aparentemente, nenhum dos grandes responsáveis políticos dessa altura, alguns deles familiares, foi capaz de prever e de ter em conta, aquando das reacções em cadeia ao atentado que vitimou o príncipe Francisco Fernando, herdeiro do império austro-húngaro. Não admira pois que os actuais líderes políticos da Europa e de grande parte do mundo tenham querido recordar com a maior solenidade possível a celebração de um armistício que veio interromper a continuação de uma chacinha que durou de 1914 a 1918. Foi um armistício que, além de acabar com a guerra, mudou

drasticamente o mapa político da Europa e não só, a começar pelo fim dos seus grandes impérios: o império alemão, o império austro-húngaro, o império otomano ou turco e o império russo.

Tratou-se de um documento que, não obstante o regozijo e a esperança que trouxe ao mundo, - basta recordar a criação da Sociedade das Nações - não passou de um armistício que a História provou ter o carácter temporário próprio de um armistício. Quem recorda hoje resse texto sabe que alguns dos seus artigos não eliminaram os germes de futuras crises que, mais tarde ou mais cedo, poderiam conduzir a novos conflitos, ou mesmo a uma nova guerra de igual ou maior dimensão, como veio a acontecer em 1939. Mesmo assim, a evocação do armistício de 1918 deveria constituir um dever para todos os cidadãos do mundo e, sobretudo para os cidadãos da Europa, neste tempo em que o crescimento do nacionalismo xenófobo ameaça destruir os alicerces dessa nova Europa de Paz, sonhada por homens como Jean Monet, Adenauer, De Gasperi, Schuman e Churchill, entre outros.

O tratado de Roma de 1957 foi o primeiro



grande passo na construção desse sonho europeu, um sonho de longa e difícil concretização, mas cujos obstáculos foram sendo superados, com maior ou menor dificuldade, até hoje. Só que agora esse sonho europeu confronta-se com novos desafios: falamos particularmente do chamado Brexit e das Migrações. O primeiro, que significou o adeus do Reino Unido à União Europeia, resultou de um referendo que se afigura agora claramente precipitado. O segundo permanece como expressão e factor de uma divisão profunda entre os europeus e não só. Infelizmente, a justificada celebração do centenário do armistício ficou ensombrada por estes desafios.

O direito à greve

1 – Na crónica do mês passado, aqui deixei a minha opinião sobre a greve dos juizes – resumidamente, salientando a minha convicção de que o exercício do direito à greve não constitui atributo do estatuto jurídico dos titulares dos órgãos de soberania, como é o caso dos magistrados judiciais; e alertando para o risco para o desejável prestígio das magistraturas de que se gerasse a percepção, em quem anda pelos tribunais, e fora deles também, de que os efeitos da greve no atraso da tramitação dos processos nem se notassem, ficando os mesmos processos tão imóveis durante a greve como o estavam antes dela.

Entretanto, este mês de Novembro que agora acabou trouxe no ventre mais uma ou duas mãos cheias de greves, dos mais variados sectores e pelas mais diversas razões, a acrescer àquela dos magistrados que me impeliu à escrita da crónica do mês passado.

Assim ao correr do teclado, lembro a greve dos estivadores do porto de Setúbal, dos funcionários judiciais e dos oficiais de justiça, dos guardas prisionais, dos enfermeiros, dos professores, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, dos oficiais da Polícia Judiciária, dos bombeiros e dos transportes ferroviários, causa, esta última, do caos que atingiu a mobilidade entre e nas principais localidades do país na sexta-feira passada, dia 7 de Dezembro.

Dir-se-ia que são greves a mais, num mesmo espaço cronológico – e que tal não pode ser um acaso.

Mas será porventura um pouco temerário considerar que, por trás de todas elas, existe uma mesma mão, que se esconde atrás do arbusto, e que manipula as decisões sindicais ou dos trabalhadores que as decretam.

Tal mão existe.

Não será esse o mecanismo de coordenação de todas as greves, em curso ou anunciadas, mas seguramente que persiste uma mão comum na parte mais substancial dos protestos que têm marcado o mundo laboral.

Já se previa que fosse esse o cenário, por ocasião da abertura do ano eleitoral de 2019, com eleições europeias, regionais e legislativas: o Partido Comunista, pela implantação que reconhecidamente possui no mundo sindical, e o Bloco de Esquerda, mais discreto nessa implantação, mas com efectiva influência nos estivadores de Setúbal, haveriam de provocar o aumento da conflitualidade social, embora em termos módicos.

Com efeito, o objectivo eleitoral realista, quer do PCP, quer do Bloco, traduz-se na perspectiva de vitória do PS, embora sem maioria absoluta, de modo a forçá-lo a negociar uma solução de apoio parlamentar à esquerda, como a geringonça, ou mesmo uma coligação de Governo, como é o desejo, pelo menos, do Bloco – que pretende alargar a influência que reconhecidamente exerce em algumas franjas do PS e mesmo do Governo, e beber do fino.

Por dentro, na intimidade do poder.

Para tanto, importa-lhes aumentar a conflitualidade social e a instabilidade nas relações laborais, diluindo a noção, que persiste de modo difuso na sociedade, de que o actual estado favorável de desenvolvimento económico do país, que constitui um óbvio sucesso do Governo, é também uma consequência da paz social que terá marcado os três últimos anos da solução da geringonça – e que tem a mão do PCP.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*



Mas o aumento dessa conflitualidade não poderá ser tão extenso e profundo que ponha em causa a vitória do PS nas próximas legislativas, correndo o risco de reversão eleitoral para o PSD e CDS/PP e inviabilizando a reedição da geringonça, no modelo actual ou numa versão mais integrada.

De forma que adivinho que, até Outubro de 2019, data das legislativas, veremos o PCP e o BE à porfiada compita na manutenção de um fogo brando, ou mitigado, onde o PS se vá chamuscando – mas sem queimar de forma irremediável os laços entre todos tecidos durante aos anos que vão de Governo.

Embora sem paixão e sem casamento, como diria o Primeiro-Ministro.

2 – Há, todavia, greves que se desviam desse plano político mais vasto e a maior prazo de vista.

É o caso, desde logo, da greve dos enfermeiros, que não foi desencadeada pelos sindicatos – pelo menos, pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, filiado na CGTP –, que tem sido objecto de larga controvérsia, pelos efeitos negativos que tem tido no tratamento (melhor, na falta dele) dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, designadamente provocando o adiamento de milhares de cirurgias, mesmo as urgentes.

Avaliando os motivos invocados para a greve, dir-se-ia que, numa primeira e talvez incompleta análise, não há como não dar razão às reivindicações dos enfermeiros.

Nós próprios, no Sector Social e Solidário, consagramos, há já alguns anos, a existência de enfermeiros especialistas, correspondente à criação dessa categoria, na sequência de opções das políticas públicas e traduzida nos diversos Contratos Colectivos de Trabalho existentes no Sector.

(O mesmo se diga dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, a cuja posse de licenciatura oficialmente reconhecida foram associados em devido tempo, no Sector Social e Solidário, os correspondentes e devidos efeitos na carreira.)

Parecendo tão óbvia a fundamentação da greve, e durando o mal-estar na classe há tanto tempo – com greves regulares ao longo da presente legislatura – dir-se-ia incompreensível a inércia do Governo ao denegar esses motivos, aparentemente justos.

Há quem procure explicar esta persistência do Ministério da Saúde na obstinação negocial, que já vem do tempo do anterior Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, bem como dos Ministros da anterior gerência PSD/CDS, numa indiferença, ou mesmo numa intenção, pela degradação do Serviço Nacional de Saúde, fazendo deslocar a procura dos estabelecimentos do SNS para os hospitais privados – e procurando assegurar os interesses da medicina privada na reforma da lei de Bases da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde.

A tal escopo não seria alheia, nessa hipótese de explicação, a fractura que atravessa o PS, dividido, como se sabe, entre uma linha política que se revê na proposta de lei elaborada por António Arnaut e por João Semedo e apresentada há cerca de um ano – ainda eram vivos os seus autores –, com vista à salvação do Serviço Nacional de Saúde, na sua matriz pública, e uma outra linha, mais próxima do Bloco Central, que prefere a versão de Lei de Bases da Saúde preparada por um grupo de trabalho liderado por Maria de Belém Roseira e que vem

no alinhamento do papel das Parcerias Público-Privadas no “Sistema” Nacional de Saúde.

3 – Tem sido também lembrado o facto de as greves em curso ou previstas a curto prazo se circunscreverem, fundamentalmente, aos serviços públicos – havendo quem defenda que os trabalhadores do Estado não devem ter esse direito constituído no seu estatuto jurídico-laboral, com o fundamento de não ser o patrão – o Estado, ou o Governo, seu gerente – o prejudicado com a greve, mas sim a imensa multidão dos cidadãos, alheios e sem culpa nos motivos que desencadeiam as diversas greves que afectam os serviços públicos e que não lhes permitem deslocar-se para o emprego, por exemplo, ou verem andar os seus processos em tribunal.

Claro que António Costa não se apresenta de charuto e cartola, pisando os operários produtores de mais-valias e arrecadando com os braços as moedas de ouro provenientes da exploração dos trabalhadores, como o Tio Patinhas, numa metáfora que marcou de forma satírica a iconografia gráfica da exploração laboral no Século XIX e primeira metade do Século XX.

Mas o certo é que o aumento das funções sociais do Estado, próprio dos tempos modernos e da própria noção contemporânea do serviço público, faz radicar no Estado a função de prestador de inúmeros serviços aos cidadãos e dispor, nessa medida, de uma coorte de trabalhadores, ou funcionários, que os executam.

É certo que as greves dos trabalhadores do Estado ou das empresas públicas não afectam directamente os titulares do Governo (senão na medida em que lhes podem tirar votos a prazo), sendo os prejudicados os cidadãos em geral – não os patrões, em sentido estrito, pois que os não há aqui.

E também é certo, como alguns dizem, que uma greve tem um pouco de chantagem – na medida em que configura uma ameaça, para obter um efeito favorável ao autor da ameaça.

O direito de a fazer constitui, porém, um dos direitos fundamentais dos trabalhadores e é elemento caracterizador das democracias liberais como a nossa.

Assim, quando o Governo manifesta incómodo pelo exercício desse direito pelos trabalhadores – o que tem acontecido por estes dias –, cabe lembrar-lhe a lição de Mário Soares, sobre as virtualidades do funcionamento fluido do sistema de pesos e contrapesos que permite, nas democracias, limitar o poder dos órgãos executivos, para melhor defesa dos direitos dos cidadãos e maior protecção contra os abusos de autoridade – que sempre tendem a ocorrer.

“Todo o poder tende a corromper; e o poder absoluto corrompe absolutamente.”

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Questionário de Satisfação 2018 com resposta muito positiva

À semelhança do que vem fazendo desde 2014, a Cáritas Diocesana de Coimbra realizou o seu Questionário de Satisfação 2018 e o feedback foi muito positivo.

Os resultados obtidos são, segundo a instituição, “extremamente satisfatórios”, com a maior incidência de resposta no parâmetro «Muito satisfeito». Cerca de 96% dos inquiridos referiu que recomendaria a Cáritas de Coimbra a familiares, amigos e conhecidos.

Para a Cáritas, o estudo é o resultado de uma aposta de melhoria contínua por parte da Direção, que tem vindo a realizar e a adaptar desde a primeira edição, em 2014.

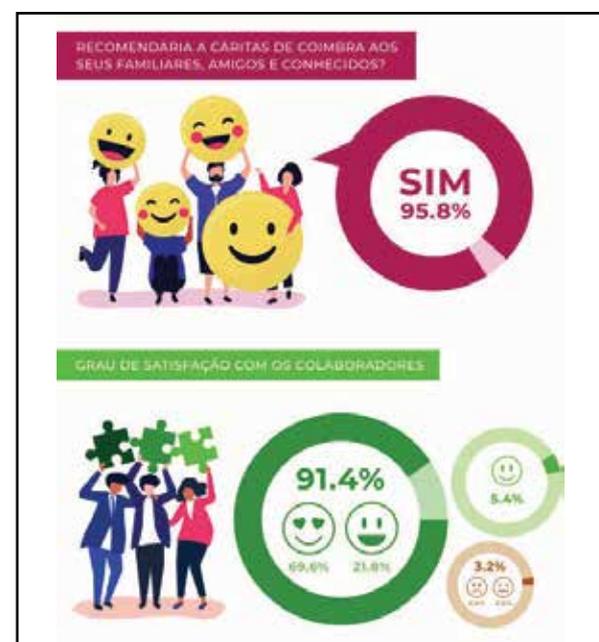
Para o ano de 2018, foram preenchidos 1.640 questionários, considerados válidos na sua totalidade. Dos inquiridos, 932 são utentes/clientes, 401 amigos ou familiares de utentes, 284 colaboradores, 17 parceiros

e seis são fornecedores.

“As opiniões das pessoas cuidadas pela Cáritas de Coimbra e seus familiares são extremamente relevantes e imprescindíveis para a procura da melhoria contínua nos serviços prestados e é com base nelas que a instituição percebe o feedback do caminho que já percorreu e que ainda falta percorrer”, sustenta a instituição.

Por isso, e com o intuito de uniformizar o processo de avaliação e simplificá-lo, o questionário 2018 teve foco nos mesmos parâmetros dos anteriores: Instalações e equipamentos; Colaboradores; Informação/comunicação; Atividades e serviços prestados.

No entanto, ao invés de questões exaustivas e para facilitar o preenchimento, foi apenas realizada uma questão global por parâmetro de avaliação.



DANÇANDO COM A DIFERENÇA

Espetáculos «Endless» e «Happy Island» no adeus a Maria de Freitas

Novembro foi um mês cheio de emoções fortes para os bailarinos da Dançando com a Diferença, com vários espetáculos, atividades, eventos e, lamentavelmente, uma perda.

Depois da inauguração de uma exposição de fotografias e apresentação dum documentário sobre o processo de remontagem de «Endless», de Henrique Amoedo, no projeto «Dançando com a Diferença: Arte, Inclusão e Comunidade», na Galeria Temporária do Palácio do Gelo, em parceria com o Teatro Viriato, em Viseu, a instituição madeirense estreou «Happy Island», de La Ribot. Primeiro Viseu, no Teatro Viriato, seguindo-se a

Culturgest, em Lisboa.

Mas novembro foi também um mês marcado pelo falecimento de Maria José de Freitas, bailarina, aluna e amiga integrante do Dançando com a Diferença - Sénior/Ginásio de São Martinho.

“Sentiremos a sua falta, persistência, garra, sorriso e alegria nas aulas, mas sabemos que estará sempre em nós, nas nossas memórias. Uma força da natureza, que tal como no palco, na vida, a sua entrega e dedicação contagiou a todos com que se cruzou”, pode ler-se numa nota enviada ao SOLIDARIEDADE.



ASSOCIAÇÃO RARÍSSIMAS

Imagem do Sector Social foi abalada mas a ação não esmoreceu

O caso da associação Raríssimas, sobre irregularidades na gestão financeira e cuja então presidente foi acusada de usar indevidamente dinheiros da associação, afetou a imagem do Sector Social e fez diminuir os apoios, mas o reconhecimento das instituições recuperou.

Quem o diz é o presidente da CNIS que, em entrevista à agência Lusa, falou sobre o impacto que teve nas instituições do Sector Social Solidário a notícia sobre as irregularidades financeiras da Raríssimas.

O caso faz agora um ano espoletado por uma reportagem da TVI sobre a gestão da associação Raríssimas - Associação Nacional de Doenças Mentais e Raras, denunciando alegadas más práticas por parte da então presidente, Paula Brito e Costa.

Um ano depois, o padre Lino Maia admite que o caso teve “algum impacto” no Sector e que esse impacto “tem-se vindo a notar

progressivamente”.

“Talvez por dificuldades da comunidade, tem-se notado uma certa diminuição da filantropia, da generosidade, do envolvimento das comunidades”, afirmou o líder da CNIS, para quem o caso da Raríssimas “foi talvez excessivamente explorado e isso teve alguns efeitos nessa desincentivação na envolvimento da comunidade”.

Aproveitou, por isso, para lembrar que há, atualmente, mais de 5.600 IPSS que “prestam enormes serviços, são um verdadeiro pilar do Estado Social, fazem muito e muito bem”, pelo que “um ou outro caso, que são raríssimos, podem prejudicar, mas não matizam aquilo que é o Sector”.

O padre Lino Maia sublinhou que não desvaloriza tudo o que se passou e sustenta que “foi mau o que aconteceu”, mas chamou também a atenção para o facto de a Raríssimas continuar a ser uma instituição “nobre”, que “tem

feito coisas maravilhosas e prestado um serviço ótimo, estupendo e extraordinário”.

“O possível deslumbramento de um ou outro dirigente, no caso uma só, não é de modo nenhum a imagem da generalidade dos dirigentes, da generalidade das pessoas envolvidas nestas instituições”, garantiu.

Mas mesmo depois de ter passado um ano sobre o caso, o presidente da CNIS refere que não tem sido fácil recuperar a imagem do Sector Social Solidário, sublinhando que “quando há um caso negativo, ele é que é notícia”, apesar de diariamente muitas instituições e os seus dirigentes “dedicarem-se aos mais carenciados, a criar serviços e a prestar serviço público”.

E defendeu ainda que, “de um modo geral, toda a gente reconhece a importância destas instituições, o seu valor, a sua dedicação e a sua importância” e aproveitou para pedir que a comunidade nacional “não deixe de as apoiar”.

FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Aposta na formação de desfibrilhador para ajudar a salvar vidas

É sabido que as IPSS que têm a seu cargo pessoas de idade, nas mais diversas respostas sociais para a terceira idade, uma parte importante do serviço passa pelas questões da saúde ou, melhor dito, da doença.

Com populações idosas, cada vez mais idosas e, naturalmente, bastante necessitadas de cuidados médicos, as instituições apostam cada vez mais na formação das suas equipas de trabalho na área da saúde.

Nesse sentido, a Fundação Betânia decidiu investir no programa de formação de utilização de DAE – Desfibrilhador Automático Externo.

Nesta formação participaram 20 profissionais, dentre ajudantes de Ação Direta, diretora de Serviços, enfermeiras e coordenadores dos principais setores de atividade da instituição.

A aposta pareceu clara para os responsáveis da IPSS de Bragança. “As doenças cardiovasculares são uma causa que se destaca na mortalidade das populações e a utilização de DAE por pessoal não médico aumenta significativamente a probabilidade de sobrevivência das vítimas”, referiu Paula Pimentel, diretora de Serviços, justificando a realização da formação.

Em agosto de 2009 foi publicado um decreto-lei que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de atos de DAE por pessoal não médico, bem como a instalação e utilização de desfibrilhadores automáticos externos no âmbito do SIEM – Sistema Integrado de Emergência Médica. Já em 2012 houve alterações à lei, com a recomendação de instalação de DAE também em IPSS e Unidades de Saúde.



Para tal, há que cumprir uma série de requisitos, desde logo, a existência de um responsável médico pelo equipamento DAE e de trabalhadores em número suficiente para que possam satisfazer as 24 horas por dia de funcionamento da IPSS.

“Tratando-se de um local de acesso ao público, a existência deste programa faz todo o sentido, pois, para além de acolhermos um grande número de pessoas, integramos um quadro de pessoal numeroso e ainda recebemos, diariamente, muitos visitantes”, defende Paula Pimentel,

acrescentando: “Foi, sem dúvida, um excelente programa de formação em DAE, ficando a instituição e os trabalhadores que frequentaram o programa registados no INEM, tendo necessidade agora de renovar a formação daqui a dois anos”.

O Programa de Formação foi ministrado pela Staying Alive - Formação e Serviços de Emergência Médica em parceria com a Plano Saúde/Enfarte, tem a acreditação da American Health Association e a certificação do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica.

APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

«Insetos» é a nova exposição dos artistas da Sala O2

«Insetos» é o nome da nova exposição promovida pela APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra e que pode ser visitada na Sala O2, da Quinta da Conraria, até ao dia 28 de dezembro.

A mostra, inaugurada no dia 3 de dezembro, apresenta um conjunto de cerca de duas dezenas de linoleogravuras, feitas pelos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais da instituição de Coimbra, em que a observação direta se cruza com a imaginação, criando representações pessoais e únicas desse que é o mais diversificado grupo de animais existente.

«Insetos» pode ser visitada entre as 10H00 e as 12H00, coincidente com o funcionamento regular da Sala O2, o que permitirá ainda aos visitantes conhecer os autores das peças expostas e observar a dinâmica de trabalho na área das artes daquele espaço.

A exposição está integrada no projeto

SOCRIN – Socialmente, Criativo e Inclusivo, desenvolvido desde 2017 pelo professor António Valente. Este é um projeto que trabalha a transformação das mentes dos utentes da Sala O2, procura contribuir para a sociabilização deste grupo de pessoas e lança um convite à sociedade para abraçar a iniciativa e os seus objetivos.

Para a APCC, “a apresentação pública de trabalhos artísticos ou produtos manufacturados é uma forma de apoiar e fomentar o processo inclusivo”.

A linoleogravura é um processo que consiste em recortar, manualmente, com goivas uma placa de linóleo, que depois é usada como matriz para proceder à técnica da gravura com tintagem e impressão, com prensa, em papel.

Para esta coleção, foram impressas séries curtas – de cinco e 10 unidades –, com valor de coleção, que poderão ser adquiridas durante o tempo da exposição.



A opção, neste caso, pela linoleogravura vem acrescentar ainda mais variedade aos trabalhos realizados no âmbito do projeto, depois de já terem sido organizadas exposições em que foram dados a conhecer objetos tão diversos como pinturas, monotipias, esculturas, brinquedos de mola ou fantoches.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON TAMPER | UPK CLIMAMOR |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM | PAPIRO VALDOC |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



STRONG CHARON
 Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

MODELO DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE

Seis meses de adaptação na transição da resposta residencial para assistência pessoal

O Modelo de Apoio à Vida Independente vai passar a incluir um período de transição de seis meses para quem esteja numa resposta residencial e queira candidatar-se a um assistente pessoal, anunciou o Governo.

Em comunicado, o gabinete do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social adianta que o decreto-lei 129/2017, que cria o Modelo de Apoio à Vida Independente, vai ser alterado “para que possa existir um período de adaptação entre a resposta residencial e a assistência pessoal”.

Esta alteração prevê, assim, a “criação de um período de transição de seis meses entre as duas respostas sociais”.

O Ministério defende, num comunicado, que “não deve existir acumulação de apoios públicos prestados às pessoas com deficiência”, no caso, entre as respostas sociais de tipo residencial e o Modelo de Apoio à Vida Independente e garante que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

“fará os possíveis para que as alterações (...) sejam aprovadas em Conselho de Ministros no melhor dos prazos possíveis”.

Sublinha que esta alteração não irá atrasar o processo de constituição dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), “uma vez que se prevê que no momento dos reembolsos aos CAVI, o novo Decreto-Lei esteja já em vigor”.

Refere ainda que o Instituto Nacional para a Reabilitação irá reunir nas próximas semanas com cada um dos CAVI já aprovados para os informar da alteração legislativa.

Esta alteração surge na sequência da ação de protesto de Eduardo Jorge, um cidadão tetraplégico que se manifestou à frente da Assembleia da República, onde pernitoitou dentro de uma gaiola, para chamar a atenção para as necessidades das pessoas com deficiência e para a urgência da entrada em vigor dos Centros de Apoio à Vida Independente.

Eduardo Jorge foi recebido pela secretária



de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, que lhe deixou a garantia de que o decreto-lei seria alterado.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

+ DE 40 APLICAÇÕES

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

www.tsr.pt

t(m. [+351] 939 729 729
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

entre outras

facebook/tsrsi

CASA DO GAIATO, PAREDES

Instituição diz estar a ser vítima de perseguição pela Segurança Social

A Casa do Gaiato em Beire, Paredes, considerou estar a ser “vítima de perseguição” pela Segurança Social e admitiu a possibilidade de uma queixa-crime, disse à Lusa o responsável da instituição.

Júlio Pereira, padre que dirige o equipamento de solidariedade social ligado à Igreja, lamenta que a Segurança Social tenha hoje estado na instituição “para tentar levar mais utentes”, numa altura em que já foi iniciado um processo de diálogo com a tutela, envolvendo também a Diocese do Porto e a Confederação das Instituições da Solidariedade Social.

O responsável afirmou, por isso, não compreender mais esta ação do Instituto da Segurança Social (ISS), defendendo, a propósito, “medidas mais duras” da instituição de solidariedade, nomeadamente o recurso aos tribunais.

“Há uma vontade de fechar o Calvário a todo o custo e isso não se pode aceitar de maneira nenhuma”, exclamou, considerando ser “mais do uma obrigação” endurecer a posição face à tutela, porque “esta é uma situação inconcebível”.

Júlio Pereira esclareceu que nas instalações da Casa do Calvário e na Casa do Gaiato em Beire,

ambas geridas pela Obra do Padre Américo, esteve uma procuradora do Ministério Público, acompanhada de militares da GNR, no contexto de um mandado de busca e apreensão.

“Fizeram uma vistoria a toda a casa para ver se encontravam alguns indícios de maus-tratos. Viram tudo e fotografaram. Tanto quanto sei, conforme começaram, assim terminaram, não houve nada que tivessem encontrado”, contou.

Nas instalações, indicou ainda, esteve também “um grande número” de técnicos da Segurança Social, “com intuito de retirar os restantes doentes e rapazes do Calvário e da Casa do Gaiato de Beire”.

“Tentaram levar os doentes, que neste momento são oito. Aqueles que têm capacidade para dizerem o que querem, recusaram-se, disseram que queriam ficar e não mais interferiram com eles”, contou o responsável. “Quanto aos restantes doentes que não têm essa capacidade de se manifestar, nem legal, nem pessoal, a procuradora entendeu que deviam ficar”, acrescentou.

No grupo de 14 rapazes da Casa do Gaiato de Beire, seis disseram pretender sair e foram levados pela Segurança Social, informou, lamentando

o sucedido.

“Eles são muito inocentes, são muito limitados no conhecimento da realidade. Houve seis que disseram que queriam ir e foram. Os restantes oito quiseram permanecer”, anotou.

O Instituto de Segurança Social (ISS) informou ter iniciado o encerramento da Casa do Gaiato, em Beire, Paredes, em cumprimento de um mandado judicial, retirando os utentes do estabelecimento.

Contudo, o padre Júlio Pereira disse à Lusa que a instituição não foi encerrada e que vai manter-se em funcionamento. Apesar das dificuldades, afirmou acreditar ser ainda possível reverter a atual situação e criar condições para que os 25 doentes levados em novembro numa anterior visita da Segurança Social para outras instituições e os seis rapazes levados agora possam regressar à instituição. “É uma questão de justiça, porque ali é a casa deles há muito anos, é a família deles e é ali que querem estar”, defendeu.

Recordou, a propósito, que o processo negocial com a tutela tem justamente como objetivo ver o que é necessário alterar no funcionamento da instituição para que a mesma possa ser aceite pela Segurança Social.

MEDICAMENTOS GRATUITOS

Em três anos Associação Dignidade ajudou seis mil pessoas

A Associação Dignidade ajudou, em três anos, cerca de 6.000 beneficiários em todo o país, entre idosos e crianças, a adquirirem 120 mil medicamentos de forma completamente gratuita.

Em Alijó, a Associação Dignidade e o município local assinaram o 100.º protocolo no âmbito do Programa ABEM que tem como objetivo garantir que agregados com carência económica tenham acesso aos medicamentos de que precisam.

“Em Portugal, um em cada cinco portugueses não consegue comprar os medicamentos que mais precisam. A crise económica agravou essa situação mas, com estes protocolos, tentamos minimizar o impacto que essa crise teve e continua a ter”, afirmou Francisco Faria, presidente da Dignidade e vice-presidente da Associação Nacional das Farmácias.

O responsável destacou ainda que “um quarto dos beneficiários são crianças até aos 18 anos”.

Criada há cerca de três anos, a associação Dignidade já abrangeu mais de três mil famílias, o que perfaz cerca de 6.000 beneficiários, a adquirirem 120 mil medicamentos. Possui à volta de 540 farmácias

aderentes e 100 entidades parceiras, entre câmaras, juntas de freguesias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Francisco Faria explicou que os beneficiários têm acesso a “todos os medicamentos prescritos e comparticipados de forma completamente gratuita nas farmácias aderentes”.

Os apoios são concedidos através de um fundo, para o qual contribuem as entidades parceiras e ainda iniciativas como campanhas de doações.

O fundo tem vários princípios, entre eles a inclusão e o anonimato. “O estigma da carência não pode acompanhar a pessoa na aquisição dos medicamentos”, salientou Francisco Faria.

O responsável disse que “nos balcões das farmácias todos os dias aparecem pessoas com dificuldades” e, por isso, frisou que o projeto “continua a ser muito pertinente e vai continuar a fazer a diferença nos portugueses”.

O presidente da Câmara de Alijó, José Paredes, afirmou que o programa entra em vigor a partir de janeiro de 2019 neste concelho do distrito de Vila Real.

“Queremos atingir, nesta primeira fase,

500 pessoas carenciadas do concelho. É um ótimo investimento, um investimento nas pessoas, na qualidade de vida e na saúde”, salientou o autarca.

Os beneficiários terão que dispor de um cartão do município para acederem ao apoio.

Para além de Alijó, em Trás-os-Montes também são parceiras do projeto as câmaras de Carraceda de Ansiães e Torre de Moncorvo.

Francisco Faria adiantou que, até ao final ano, serão assinados mais 10 protocolos, elevando o programa ABEM para os 110 parceiros.



JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A epifania do Dr. Vítor Gaspar

É muito mais fácil assumir liberdade intelectual quando não temos que tomar decisões e não temos contas para pagar. A necessidade de tomar decisões muda-nos, muda o ângulo pelo qual vemos o mundo e muda o nosso comportamento.

A história está cheia de casos que ilustram esta realidade.

Segundo a obra imortal de William Shakespeare (totalmente ficcional), o futuro rei Henrique V era, na sua juventude, um folião incorrigível na companhia de Sir John Falstaff. Frequentavam a Boar's Head Inn, um misto de taverna e bordel e viviam de dinheiro emprestado ou roubado.

No entanto, quando subiu ao trono pela morte do pai, Henrique repudiou John Falstaff e o grupo de juventude e transformou-se num rei prudente que terá governado com justiça e sabedoria.

Para quem esteja interessado existe uma versão em DVD do Falstaff de Shakespeare encenada e interpretada por Orson Welles que é uma obra prima absoluta. A amante de Falstaff é interpretada por Jeanne Morreau, essa mulher estranha que foi perseguida pela beleza até morrer. Não conheço outra mulher que tenha envelhecido tão bem, que tenha tido em cada momento a beleza que a idade recomenda.

Ocorreu-me este pensamento a propósito de um trabalho do FMI sobre a relevância dos deficits orçamentais da autoria do Dr. Vítor Gaspar, ex-ministro das finanças do governo de Portugal. Pode ser consultado no blog pessoal do Dr. Vítor Gaspar alojado na página web do FMI.

Na sua encarnação como ministro das finanças Vítor Gaspar defendeu contra tudo e contra todos (mesmo no interior do governo de então) a ortodoxia orçamental e a necessidade de controlar o deficit ainda que à custa de uma recessão brutal.

Entretanto Vítor Gaspar rumou ao FMI e agora, que não tem de passar cheques nem pagar as contas do estado, ei-lo que desabrocha na sua qualidade de intelectual capaz de pensar o mundo e de o pensar de forma heterodoxa ou, como se diz agora, fora da caixa.

Vítor Gaspar vem dizer-nos que isso do deficit do estado não interessa por aí além, o que interessa é o balanço do estado, isto é, a diferença entre o que o estado possui e o que

o estado deve, ou seja, o vernacular deve e haver do estado.

Em geral pensamos no deve do estado apenas em termos da dívida pública. Por exemplo, dizemos que o estado português está muito endividado porque a dívida pública equivale a +/- 125% do PIB (felizmente a descer nos últimos anos)

Contudo, a dívida pública representa tipicamente bem menos de metade das responsabilidades dos estados. Em cima da dívida pública é preciso contar com dívidas de entidades públicas (empresas públicas, por exemplo) e, nomeadamente, com a responsabilidade pelas pensões futuras devidamente atualizadas.

Em Portugal as responsabilidades por pensões futuras, atualizadas para hoje, valem mais do que a dívida pública (134% do PIB).

Do lado do haver o estado tipicamente possui ativos físicos relevantes (infraestruturas, recursos naturais, etc.), mas também ativos financeiros (por exemplo, o fundo de capitalização da segurança social)

Se focarmos nesta perspetiva de deve e haver, o estado português tem o pior balanço entre os estados para os quais é possível fazer esta conta com um mínimo de rigor.

O estado português tem responsabilidades de 395,3 % do PIB e ativos de 259,9%, ou seja, tem uma riqueza líquida negativa de 135,4% do PIB.

Próximo de nós, só mesmo o Reino Unido onde a riqueza líquida negativa ascende a 125,3%.

O Japão é um caso curioso pois que embora tenha o maior ratio do mundo em termos de dívida/PIB, acaba por ter um balanço do estado praticamente equilibrado. A maioria dos estados, no grupo para o qual podemos fazer as contas com um mínimo de segurança, tem balanços positivos sendo o maior deles a Noruega, neste caso sobretudo devido à imensa riqueza em termos de recursos naturais (266,2 % do PIB).

Creio que podemos dividir a mensagem do Dr. Vítor Gaspar em duas linhas de força:

Devemos focar no balanço líquido de Ativos – Passivos Públicos. Num contexto de riqueza líquida positiva do estado o tema do deficit pode ser menos relevante.

De uma forma geral os estados gerem mal os seus ativos, ou seja, retiram deles menos

rendimento do que seria possível. Haverá mesmo casos em que uma melhor gestão do património poderia ser suficiente para eliminar o deficit orçamental.

Esta epifania do Dr. Gaspar é um bocado recessa.

Enquanto ministro vendeu ativos públicos a mau preço para reduzir deficit.

Algumas dessas vendas são absolutamente condenáveis de um ponto de vista de segurança nacional, como foi o caso da venda da rede elétrica nacional (porventura seremos caso único no mundo nesta matéria), outras estão agora a ser investigadas porque, aparentemente, foram maus negócios, nomeadamente a venda da ANA, a concessionária dos aeroportos.

Para quem até vendeu ativos, a preço de saldo, que o programa da Troika não obrigava a alienar, é no mínimo estranho este flick flack à retaguarda.

Tal como Saulo de Tarso a caminho de Damasco, porventura Gaspar viu a luz. Não terá caído do cavalo – ao pendor pachorrento da criatura mais conviria um jumento e de jumento, como é sabido, não se dá grande tombo.

Só é pena que esta iluminação tenha vindo tarde...

A Gaspar o que é de Gaspar. Não consigo levar a sério uma criatura que não foi capaz de um único exercício orçamental sem retificativos (sim, sim, no plural!) e que cometeu a proeza, digna do Guinness, de errar na previsão do PIB já com o ano fechado.

No entanto, há uma informação relevante a tirar daqui. Os que pensam que existe em Portugal espaço para uma política fiscal expansionista (BE, PCP, etc.) podem tirar o cavalinho da chuva. Se tivermos juízo não deveremos, em tempos normais, correr deficits orçamentais pelo menos num par de décadas.

Seriam precisos 20 anos com o PIB nominal a crescer 4% ao ano (digamos 2% reais e 2% de inflação) e uma dívida nominal +/- constante (+/- deficit zero) para baixar o ratio da dívida para menos de 60%.

Se vier uma recessão séria (e em 20 anos virá, com certeza) será outra conversa. Então fará sentido esticar o balanço do estado. Mas também aí Vítor Gaspar fez tudo ao contrário...

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





É o tempo do Inverno.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA

Governo decreta aumento para 600 euros já em janeiro

O Governo propôs aos parceiros sociais que o valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) seja fixado nos 600 euros a partir de 1 de janeiro de 2019. O salário mínimo é atualmente de 580 euros. As centrais sindicais reclamavam subidas superiores ao previsto no programa do Governo – a UGT 615 euros e a CGTP 650 euros –, mas as confederações patronais defendiam que a atualização não deveria ir além dos 600 euros.

“Não houve nenhum consenso em ter uma subida mais elevada e, na inexistência desse consenso e tendo em atenção que o Governo preza também a previsibilidade para todos os agentes económicos, a decisão que tomou foi ser fiel ao seu programa”, declarou o ministro Vieira da Silva, à saída da Concertação Social, reunião que concluiu a discussão sobre a RMMG.

Segundo o ministro, “o compromisso do Governo foi cumprido”, sendo o aumento do salário mínimo “dos mais significativos ou o mais significativo que houve numa legislatura”, de 14% em termos reais.

José Vieira da Silva destacou ainda que o processo acontece “num contexto em que todas as críticas que lhe foram feitas de grande parte das forças de política à direita e de muitos comentadores e até de organizações internacionais foram desmentidas pela realidade”.

A proposta apresentada na Concertação Social pelo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social coincidiu com as reuniões que decorrem no Ministério das Finanças com os sindicatos da administração pública, nas quais foi apresentada uma proposta de aumento da remuneração mínima no Estado para 635 euros.

Questionado sobre a diferença de 35 euros entre o salário mínimo para o sector privado e para os funcionários públicos, Vieira da Silva defendeu que é preciso “distinguir as situações”.

No caso da função pública, trata-se de “relações entre uma entidade empregadora e os seus trabalhadores”, enquanto no salário mínimo está em causa “uma norma de aplicação geral” que poderá ser negociada na contratação coletiva, defendeu.

“Existem muitos sectores no privado que fixaram remunerações mínimas acima do salário mínimo”, sustentou o governante, referindo que os últimos dados mostram que 51% da contratação coletiva fixou valores superiores.

Além disso, “o quadro financeiro do Estado facilita que esse valor seja fixado”, acrescentou.

“Por outro lado, temos de ter em atenção que aqueles segmentos de trabalhadores da administração pública não tiveram ao longo de todos estes anos nem uma atualização salarial nem

sequer beneficiaram da recuperação que outros trabalhadores da administração beneficiaram com o fim dos cortes introduzidos pelo anterior Governo”, disse ainda o ministro.

Para o executivo, o valor de 600 euros “representa um aumento nominal de 3,4% face a 2018, que se traduzirá numa valorização real na ordem dos 2,1%, de acordo com a inflação prevista no cenário macroeconómico do Orçamento do Estado para 2019”, adiantava o Governo na proposta entregue na reunião da Concertação Social.

Na proposta que foi discutida com os parceiros sociais, o Governo sublinha ainda que a subida para 600 euros em 2019 “representa um aumento nominal agregado de 18,8% face aos 505 euros de 2015 e, atendendo quer à evolução

da inflação nos últimos três anos, quer à inflação estimada pelo Governo para 2019 no quadro do Orçamento do Estado para 2019, uma valorização real na ordem dos 13,8% no período entre 2016 e 2019”.

“Assim, o valor de 600 euros permitirá uma valorização real do salário mínimo (13,8%) que supera as projeções que estiveram na base do compromisso assumido em 2015, que situava o aumento previsível em 11,6%”, assinala o Governo.

No documento entregue aos parceiros sociais, o Governo lembra que a RMMG foi aumentada quatro vezes, a primeira delas para 505 euros e depois para 530 euros em 2016, seguindo-se uma atualização para 557 euros em 2017 e para 580 euros em 2018.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL